

Democratização da Educação, Universidade e Movimentos Sociais

Democratization of Education, University and Social Movements

Heloisa Salles Gentil¹

Resumo

Temos como objetivo neste artigo colaborar com a reflexão necessária à universidade contemporânea sobre suas ações e relações com a sociedade, tendo como contexto desta discussão os processos de democratização da educação, tema em constante debate no Brasil contemporâneo. Mais especificamente, enunciaremos algumas questões sobre as relações entre a universidade e os Movimentos Sociais (MsS) e apresentamos alguns referenciais teóricos que podem colaborar para sua maior compreensão.

Palavras-chave: Sociedade contemporânea. Organizações Sociais. Acesso à universidade.

Abstract

The purpose of this article is to contribute to a necessary reflection about actions and relations between university and the community. The context of this question is the democratic education process, it is a permanent question in contemporary Brazil. We show some questions about relations between university and social movements and we propose some theoretic references to get more knowledge about the theme.

Keywords: Contemporary societ. Social organizations. Access to university.

1 Professora de Sociologia da UNEMAT/Cáceres, MT. Doutora em Educação pela UFRGS.
e-mail: logentil@uol.com.br

Introdução

A democratização da educação há muito tempo tem sido tema de discussões, mas, nos últimos dez a quinze anos, depois da aprovação da LDB 9.394/96, tem sido também tópico recorrente na pauta das políticas públicas. Quando se fala em democratização da educação, o primeiro ponto em que se pensa é a democratização do acesso, mas há mais que isso; é preciso discutir a permanência, a participação, a inclusão, as condições de oferta, os diversos níveis da educação, entre outros aspectos, para, realmente, tratar o assunto de forma ampla.

As políticas de ação afirmativa constituem maneiras encontradas para a proposição, efetivação e o desenvolvimento de ações que levem à democratização no campo da educação, entre as quais se destacam as cotas para segmentos sociais historicamente marginalizados, como negros e índios. Mas é preciso ter em mente que essas são ações temporárias em função da democratização. Em se tratando especificamente da democratização do ensino superior, há também projetos e programas desenvolvidos pelas universidades em função de demandas específicas, tal como a formação de professores para a educação do campo ou indígena.

É preciso pensar em que contexto sócio-histórico ocorre essa discussão sobre a democratização da educação. A sociedade contemporânea traz como característica marcante a globalização econômica, o avanço da tecnologia informacional e da comunicação e, concordamos com autores que percebem para além da homogeneização associada ao processo de globalização, o crescimento de movimentos identitários, marcando o espaço das diferenças, especialmente as culturais. Entendemos a divisão de classes sociais como aspecto central das relações de trabalho e o capitalismo, em sua forma contemporânea, com capacidade cada vez maior de alienação e exploração do trabalhador.

Por um lado, instituições originárias da sociedade moderna, tal como a escola e a universidade, bem como as relações desenvolvidas pelos atores destes espaços sociais (professores, alunos, comunidade), continuam sendo basilares para a sustentação desse tipo de organização social, apesar das modificações pelas quais ela vem passando. Por outro lado, os movimentos sociais, sejam eles em torno de questões trabalhistas, produtivas, culturais ou outras, são manifestações das contradições presentes no sistema sociopolítico, econômico e cultural, apontando possibilidade de mudança, desde o presente. Eles entram no cenário contemporâneo, questionando o sistema vigente, mas ainda permanecem em estreita relação com as formas de funcionamento desse sistema, enquanto as possibilidades de transformação vão se constituindo.

A sociedade contemporânea se apresenta politicamente de forma democrática, culturalmente reconhecidora da diversidade, mas economicamente é capitalista e, portanto, socialmente desigual. Assim, há que se questionar que democracia e que diversidade é essa e quais seus efeitos?

No Brasil, uma das desigualdades manifesta e em constante discussão é a relativa à educação, por isso a democratização da educação continua sendo tema dos debates públicos. O próprio termo *democratização* da educação traz em si a ideia de uma ação em favor da democracia, sinal de que ainda não temos realmente uma educação democrática. Mas, tal termo tem sido acompanhado de “explicativos”, por vezes restritivos, como, por exemplo, democratização do acesso ao ensino superior. Ou seja, muitas vezes não está em discussão o caráter democrático da educação em geral mas, por exemplo, do acesso ao ensino superior. O que se tem questionado e já começa a produzir algumas respostas é se a ideia de democracia, tão fragmentada, faz sentido; se a necessidade de democracia não é mais ampla e não deveria estar presente desde o acesso, sim, mas especialmente nas condições de permanência e efetivação do processo educacional como um todo, da educação infantil ao ensino superior.

Nesse sentido, é interessante relacionar democratização a grupos sociais que lutam por ela em todas as instâncias da vida social. Para tratar das relações entre universidade e movimentos sociais, a ideia, acima apresentada, pode ser tomada como um pressuposto das discussões, ou mais, democracia deve ser encarada como princípio que sustenta as possíveis negociações entre ambos. E, discutir **democracia** implica discutir **cidadania** e **participação**.

É na discussão de ideias e referenciais que possam contribuir na elucidação destas questões, que nos aventuramos, visando compreender melhor as relações entre a universidade e os Movimentos Sociais (MsSs). A universidade é uma instituição social e, como tal, tem entre suas funções o trabalho, no sentido da manutenção da sociedade, mesmo que seja uma instituição fundada sob a égide da autonomia. Por outro lado, os movimentos sociais são organizações da sociedade civil em busca de transformações sociais. Desse modo, partimos da questão: o que faz com que os Movimentos Sociais procurem as Universidades ou, sob outro ângulo, que as Universidades se coloquem a serviço de interesses dos MsSs?

Poderíamos conjecturar a respeito, sob vários enfoques. Estariam, os participantes do MsSs em busca do direito à educação de nível superior, como um **direito** entre tantos outros? Lutariam pela afirmação do **princípio democrático** do acesso à educação? Sentiriam, em suas lutas cotidianas, a necessidade de **formação profissional** em determinadas áreas? Seria uma ação coletiva e conscientemente política no sentido da **formação de intelectuais**? Estariam em busca de **reconhecimento**, por meio da divulgação, da socialização

de seus saberes? Poderíamos afirmar que, sob qualquer uma dessas questões, se encontra a tão falada luta por **cidadania**?

Em relação à universidade, poderíamos também questionar. Ao se dispor a trabalhar com os MsSs, estaria ela tentando cumprir seu **compromisso social**? Seria uma, entre outras ações, na defesa de **princípios democráticos**, base de seu fazer/existir? Estaria em busca de se afirmar como **produtora de verdades**, portanto, garantindo a divulgação de sua **ciência**/seu conhecimento a todos os grupos sociais? Suas ações seriam efeito de **políticas definidas externamente**? Ou estaria agindo sob uma nova perspectiva epistemológica, a da **ecologia de saberes**?

Cada uma dessas questões nos leva a discussões que, com certeza, estão ocorrendo em alguns segmentos, tanto das universidades como dos MsSs, mas estão por ser sintetizadas e elucidadas. Nossa proposta é fomentar essa discussão, a nosso ver parte intrínseca da discussão sobre democratização da educação, cientes de que este artigo não será capaz de esgotá-las.

Nosso objetivo é colaborar com a reflexão necessária, à universidade contemporânea, sobre suas ações e relações com a sociedade e compreender um pouco mais em que se pautam essas relações. Reconhecendo que ainda não dispomos de resultados de pesquisa empírica sobre o tema, o presente artigo visa incitar a discussão, trazendo elementos conceituais de alguns estudiosos, que podem ser úteis nessa empreitada.

Optamos por focar as relações entre a universidade e os Movimentos Sociais (MsSs) tendo por base a ideia de que eles são, como afirma Melucci (2001), “os profetas do presente”, pois anunciam as possibilidades de mudança desde o momento atual. A democratização do acesso às universidades é ponto de pauta das reivindicações dos MsSs nas lutas por transformações sociais e já podem ser consideradas um sinal das mudanças necessárias e em andamento no campo da educação e de sua democratização. Entendemos que a universidade é instituição social e, como tal, funciona como um dos sustentáculos da sociedade, mas, por outro lado, tem como função própria e específica a crítica desta mesma sociedade, por isso também espaço possível de transformação. Adotamos a concepção de Gramsci sobre o Estado, como a soma da sociedade civil e da sociedade política, portanto, campo de disputas em função de um projeto social hegemônico.

Assim, apresentamos elementos para a discussão sobre as relações entre a instituição social denominada universidade e as organizações da sociedade civil conhecidas como movimentos sociais.

Estado, movimentos sociais e universidade

Para uma análise do contexto atual, que se possa denominar crítica, precisamos nos munir de referenciais teóricos que dêem conta das realidades que se apresentam. Segundo Melucci (2001), estamos inclusive precisando construir novos conceitos capazes de dar conta dessa tarefa.

Uma visão comum que se tem sobre o Estado é a de que o seu poder se baseia em força e coerção legítimas sobre a sociedade civil; as características de exterioridade e objetividade a ele atribuídas o tornam uma instituição “cristalizada”. Na sociedade contemporânea, a ideia de Estado está ligada ainda à função de garantia de direitos, especialmente o da livre presença dos indivíduos no mercado e os direitos políticos de participação na concessão de poderes (voto, nas democracias representativas), a quem assume a condução política da sociedade. Também já é parte do senso comum que o Estado exerce o poder de dominação a favor de determinada classe social, mas existe a possibilidade de uma contra-hegemonia, como afirma Gramsci.

A sociedade civil não se pauta em definições acadêmicas de Estado para agir, para se organizar, para reivindicar, mas em sua experiência histórica absorve e/ou re-significa vários conceitos referentes às suas relações com o Estado, tais como direitos, deveres, participação, representação e cidadania, dentre outros.

Gramsci nos oferece um conceito de Estado, constituído pela junção das sociedades política e civil, interessante no sentido de possibilitar uma observação a respeito das ações concretas que a sociedade civil desencadeia. São ações de grupos privados, provenientes de fora das instituições públicas, oriundas de organizações sociais, onde se trava constantemente a luta pela hegemonia e onde se constituem as ideologias e contra-ideologias. Dessa forma, é possível ver uma outra face do Estado: a sociedade civil em ação, o que nos leva a pensar sobre os movimentos sociais.

Para Gramsci, o **Estado** é não só o aparelho da burguesia que mantém o controle pela força, mas aquele que precisa conquistar hegemonia. Desse modo, não deve ser pensado da forma liberal, apenas como governo, separado da sociedade civil, tendo esta um caráter autônomo; nem na perspectiva fascista de identificação total com a sociedade civil, mantendo essa unidade sob “mão forte”. Estado é relação dialética, identidade e distinção entre **sociedade civil** e **sociedade política**. (SEMERARO, 1999)

Na perspectiva gramsciana, Estado é, então, a sociedade política mais a sociedade civil, sendo nessa última onde se enraízam as bases da hegemonia. São duas esferas sempre unidas, pois o poder é consenso mais coerção. O Estado visa

o equilíbrio entre a dominação e a direção da sociedade. A sociedade civil “[...] é o lugar onde se decide a hegemonia, onde se confrontam projetos de sociedade, até prevalecer um que estabeleça a direção geral na economia, na política, na cultura.” (SEMERARO, 1999, p. 76).

Os MsSs são parte integrante da sociedade civil, portanto, seus intelectuais trabalham por conquistar a hegemonia, apresentando um projeto de sociedade, atuando em espaço de disputa, de manifestações ideológicas e culturais. São lutas entre modos distintos de ver a realidade. Nesse sentido, aos movimentos, conforme afirma Semeraro (1999), não basta a crítica, é necessário apresentar uma proposta mais abrangente de sociedade, desconstruindo o projeto hegemônico dominante e apresentando uma interpretação mais convincente, o que poderia ser denominado de uma proposta de contra-hegemonia:

[...] cada grupo social – surgindo no terreno originário duma função essencial no mundo da produção econômica – cria também junto consigo, de forma orgânica, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função; não apenas no campo econômico mas também no social e político. (GRAMSCI apud Semeraro, 1999, p. 89).

A partir dessa concepção de Estado, podemos trabalhar sobre algumas ideias a respeito de Movimentos Sociais (MsSs) e, para isso, apresentamos a seguir o pensamento de alguns autores que podem contribuir com o nosso objetivo.

Manuel Castells (2000), pensador espanhol contemporâneo, afirma a questão da identidade como elemento marcante dos movimentos contemporâneos. Segundo este autor, é o elemento aglutinador de grupos e movimentos sociais e não apenas um dos princípios desses. A sociedade contemporânea e suas características estão levando a identidade a ser o aspecto central dessa questão.

Há um movimento conflitante, conforme afirma Castells, entre tendências de globalização e de identidade. A sociedade em redes caracteriza-se, entre outras coisas, pela globalização induzida pela tecnologia, em especial aquela que se refere à informação; pelo surgimento de novos movimentos sociais, principalmente os relacionados à identidade e pelo novo papel das instituições do Estado nas relações. Os movimentos sociais e as políticas são resultantes dessa interação entre a globalização, o poder de identidade e as instituições de Estado. Para Castells, considera-se como movimentos sociais as ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade (2000, p.20).

Podemos observar inúmeros movimentos na sociedade contemporânea que se articulam em torno de identidades e que, segundo o mesmo autor, são expressões poderosas de identidade coletiva que desafiam a globalização em função da singularidade cultural e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes. Sua tese é de que o processo de globalização tecnoeconômica que vem moldando nosso mundo está sendo contestado e será, em última análise, transformado, a partir de uma multiplicidade de fatores, de acordo com diferentes culturas, histórias e geografias.

O contexto da sociedade em redes é que favorece o surgimento de identidades e, de acordo com Castells, elas poderiam ser compreendidas, para efeito de estudo, considerando sua dinâmica com o contexto histórico, em três formas e origens distintas: a identidade legitimadora, que teria na sua origem as instituições dominantes, como é o caso de alguns nacionalismos; a identidade de resistência, cujos atores seriam aqueles que estão em posições dominadas na sociedade e para sobreviver resistem e organizam sua vivência em princípios diferentes dos dominadores e a identidade de projeto, que na construção de uma nova identidade já tem como objetivo redefinir sua posição na sociedade, buscando para isso a transformação da estrutura social. Estaria aqui o pressuposto para uma nova teoria da transformação social possível nas sociedades em rede.

Na há como desvincular essa discussão daquela a respeito de Estado, institucionalmente é o Estado (em sua face de sociedade política) que coordena e organiza a vida em sociedade como um todo e é contra este Estado que se manifestam os movimentos sociais.

Outra ideia com a qual podemos trabalhar é a de Alberto Melucci (2001), estudioso contemporâneo dos movimentos sociais, cuja discussão também se dá em torno de questões identitárias. Ele afirma que os movimentos são *profetas do presente*, pois anunciam as possibilidades de mudança. Segundo este autor, nas formas de vida democrática adotadas pelas sociedades complexas nas quais estamos vivendo, é preciso levar em conta a dimensão cultural dos conflitos e a ação inovadora dos MsSs nesse sentido. O poder tem se deslocado para a esfera simbólica e as diferenças culturais precisam ser consideradas como componentes estáveis nas relações. Os conflitos se estabelecem em torno do poder de definir o sentido da vida humana e que códigos governam nossas escolhas.

No que diz respeito à análise dos movimentos sociais Melucci alerta com relação à percepção de que os fenômenos coletivos não são ações homogêneas e comportam motivações, formas de relação e orientações diversas, o que leva a questões do tipo: qual o sentido da ação coletiva? Se e como os MsSs contribuem para as mudanças sociais? Com a mudança de contexto, das sociedades industriais para as sociedades complexas, mudaram também os MsSs.

Melucci afirma que para tratar de movimentos sociais nas sociedades complexas é necessário diferenciar os fenômenos de ação coletiva; protestos, manifestações e rebeliões podem ser ações coletivas, mas não são necessariamente movimentos sociais. “Um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere” (MELUCCI, 2001, p.35). A ação coletiva é uma ação que combina orientações diversas e envolve múltiplos atores (id. *ibid.*) Segundo Melucci “estamos diante do desaparecimento de formas de ação e sujeitos que coincidem com a nossa ideia tradicional de movimento” (1996, p.43). Isso não significa que a ação coletiva desaparece nas sociedades complexas, contudo ela toma outras formas.

As mudanças no contexto mundial, o processo de globalização – a princípio de caráter econômico, mas espalhando-se por todos os campos, seja político social ou cultural, têm provocado transformações e dificuldades também para a constituição de sujeitos coletivos. Os conflitos e as crises, que geralmente funcionam como mola propulsora de ações coletivas, têm se apresentado em novas formas e com isso levado a uma aparente desarticulação ou desmobilização das ações coletivas típicas das décadas de 1970 e 1980. Para Melucci (2001), essa situação caracteriza não o fim dos movimentos, mas um período de latência, um período de menor visibilidade de ação coletiva, no entanto um período de geração de novos significados, de vivência de outras experiências, de renovação de laços de solidariedade e produção de um quadro cultural que dê sentido às mobilizações. Dessa maneira os períodos de latência podem reforçar as identidades coletivas, base para as ações coletivas.

Melucci (1991) afirma também que situações de conflito geram relações de solidariedade, que por sua vez reforçam a identidade. A ligação com o outro dá sentido ao que fazemos. Dizendo de outra forma, o conflito gera rupturas nas relações sociais a que estamos acostumados, o que gera solidariedade, nos liga a outros e nos reafirma como sujeitos de nossa ação. É o que acontece nos casos de mobilização coletiva ou movimentos sociais. Não querendo dizer com isso que movimentos sociais sejam resultados de conflitos.

Apesar de serem autores com perspectivas diferenciadas, podemos, a partir de suas concepções, afirmar que os MsSs visam transformações; quer na ideia de identidade de projeto e a construção de um novo projeto social, como explica Castells; quer na ideia de lutas por definição dos significados culturais, espaços de poder na contemporaneidade, como nos indica Melucci. Cabe a nós tentar compreender como essa luta por transformação social traz à cena a instituição universidade.

No início do século XX, a noção mais corrente de universidade se fundamentava nas ideias de centro de cultura, lugar de investigação, de busca da verdade. Além

disso, a universidade tinha por função o ensino, a transmissão de conhecimentos, a aptidão profissional e a formação integral dos indivíduos.

A partir das revoluções sociais do Século XX, e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa ideia, seja para opor-se a ela. (CHAUÍ, 2003, p.1).

Ou seja, cidadania implica em direitos e, entre os direitos, a educação. Nesse sentido as lutas que se iniciam pela universalização do acesso ao ensino básico, chegam também ao ensino superior. E, mais que isso, estão vinculadas à ideia de democratização do saber.

Desde meados do século XX, com o desenvolvimento do capitalismo há um atrofamento da dimensão cultural e a formação universitária tende a privilegiar o conteúdo utilitário, a formação profissional. Historicamente vão se estabelecendo tensões entre universidade, Estado e sociedade, ligadas às inúmeras funções que ela mesma se coloca ou que a sociedade e o Estado lhe impõem. Com o rápido desenvolvimento das tecnologias e a globalização possibilitada por elas, com o desenvolvimento e a renovação constante do capitalismo, aumenta a tensão dessas relações e a pressão do mercado sobre as universidades.

Desse modo, no que se refere à função da universidade, a contradição tem sido elemento historicamente presente. A universidade tem oscilado ao longo de sua existência entre sua função de disseminadora e guardiã do conhecimento sistematizado e acumulado pela humanidade, produtora de novos conhecimentos e a preparação de quadros profissionais para suprir as necessidades da Nação, formadora do quadro de intelectuais e de profissionais das diversas áreas. Preocupa-se com a ciência pura e a “alta cultura” e também com a prestação de serviços à sociedade.

É importante ressaltar que, exatamente por ser produtora de conhecimentos é instituição capaz e com função de criticar a sociedade que ajuda a sustentar.

É exatamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual que a universidade pode relacionar-se com o todo da sociedade e com o Estado

de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas. (CHAUI, 2003, p.2).

A universidade forma opiniões, prepara quadros intelectuais, objetiva controle e domínio sobre o conhecimento, o que é elemento primordial de poder na sociedade complexa. Podemos extrair dessas funções da universidade um dos elementos para a discussão sobre sua relação com os MsSs: a formação e/ou preparação de intelectuais.

“Fazer universidade” pode funcionar como elemento diferenciador, que provoca a reflexão, a mudança de posição, aquele que leva à produção de um pensamento reflexivo sobre a prática. A Universidade, sendo o *locus* privilegiado de construção de conhecimentos, é um espaço que traz em si as condições de possibilidade para o acesso à consciência filosófica, para o questionamento e a busca de significações das práticas, portanto capaz de formar intelectuais. Nesse sentido veicula-se a ideia de que é importante passar por esse processo, que pode, simultaneamente, forjar intelectuais comprometidos com as causas defendidas pelos MsSs, porque capazes de *práxis* e também, por outro lado, garantir um espaço, ter voz no meio em que se controla, se define e se socializa produção de conhecimentos/verdades.

Um dos principais objetivos, que sempre acompanhou a expansão de educação em todo o mundo, é a função democratizadora da Universidade. Na época moderna, a conquista do direito à educação passou a ser considerada como parte da ampliação do próprio conceito de cidadania, junto com o direito ao voto e a condições mínimas de assistência social, salário e condições adequadas de trabalho. (SCHWARTZMAN, 1980).

Durante certo tempo os intelectuais que se interessaram pelos MsSs como objeto de seu estudo “falaram por eles”, “em seu nome”. Processos de democratização, especialmente de acesso à educação, devem possibilitar hoje a presença de participantes dos MsSs no meio universitário, o que permite a manifestação de sua própria voz e, quem sabe, amplia os espaços de construção de uma contra hegemonia.

Políticas públicas e participação²

As ideias apresentadas até o momento nos indicam como possibilidade para ampliação da discussão, tratar sobre políticas públicas, mesmo que de forma breve. Em nosso entender, as políticas públicas são espaços de luta entre interesses diversos, campo de conflito e disputa. Os vários grupos que constituem a sociedade, desde que em regime democrático, apresentam suas demandas e propostas e, quanto mais organizados, mais terão chances de “ter voz”, de se fazer ouvir.

Toda política pública, ainda que parte de um projeto de dominação, reflete, como arena de luta e como caixa de ressonância da sociedade civil, tensões, contradições, acordos e desacordos políticos, às vezes de grande magnitude. (TORRES, 1995, p. 110). As políticas costumam ser planejadas e executadas como proposição de um governo ou em reação a movimentos da sociedade civil. Na maioria das vezes acabam se constituindo em uma mediação de interesses divergentes e retratando as tensões das quais foram frutos.

As políticas públicas sociais surgem a partir de necessidades e podem ser exigências a partir de interesses e necessidades de trabalhadores organizados ou imperativos do próprio processo de produção capitalista, tornando-se mediadoras entre interesses (HÖLFING, 2001). Por vezes, dadas as lutas e tensões e as condições sócio-históricas do momento, as políticas públicas apresentam um sentido compensatório.

Os movimentos sociais contemporâneos têm conseguido se manifestar, ter visibilidade suficiente para participar da definição ou da implementação de algumas políticas públicas. Os sujeitos coletivos têm assumido cada vez mais espaço e feito ouvir suas vozes; constituem-se como atores sociais, relacionam-se com as instituições já existentes e buscam fazer valer seus direitos através da construção, efetivação e controle de políticas públicas.

Segundo Azevedo (1997, p.60) as políticas se articulam ao projeto de sociedade em curso, projeto este construído pelas forças sociais que têm poder de voz e decisão e que, por isto, fazem chegar seus interesses até o Estado e a máquina governamental (o que denominaríamos sociedade política). Esse percurso para chegar a “ter voz” é o que se subentende ou se espera de uma democracia, na qual a participação seja efetiva.

No Brasil discute-se constantemente sobre a crise da educação e podemos registrar várias tentativas do Estado de solucioná-la por meio de inúmeras

2 Algumas discussões apresentadas nesta parte do artigo têm por base estudos que compõem a Dissertação de Mestrado (2001) da autora, conforme bibliografia ao final.

resoluções, decretos, leis e na tentativa de construção de políticas educacionais. Por outro lado, é importante o papel da organização social dos diversos setores e sua capacidade de articulação para levar adiante seus projetos.

No que diz respeito às políticas públicas educacionais, alguns movimentos sociais têm sido resistentes, participantes e proféticos, têm anunciado outras possíveis formas de se fazer educação. Brzezinski (1996, p.87) afirma que a cidadania é o elemento que une educação e movimentos sociais, pois a educação “ocupa um lugar central no conceito de cidadania coletiva, posto que essa se constrói no processo de luta, que é, em si próprio, um movimento educativo”. Por exemplo, e apenas no intuito de registrar, os sujeitos da educação do campo e da educação indígena vão construindo cidadania na articulação entre seus saberes e fazeres cotidianos e a educação formal.

Acredito que as razões que têm trazido os professores indígenas para a Faculdade vão muito além da mera obtenção do diploma. O ingresso nos cursos universitários faz parte de um conjunto de ações coordenadas no sentido obterem instrumentais políticos, econômicos, jurídicos e acadêmicos, que, entre outras coisas, propiciem uma relação mais simétrica com a sociedade envolvente na definição do direito à identidade cultural, a preservação territorial e à vida. (SEVERINO FILHO, 2009, p.20).

Desse modo, falar em políticas educacionais implica falar em cidadania e, conseqüentemente, em participação. Conforme afirmamos em pesquisa anterior:

Pensar uma educação para todos é pensar na diversidade possível de educações e pensar dessa maneira implica reconhecer as diferenças. Trabalhar com elas é então tarefa ainda mais árdua, para ser realizada necessita do envolvimento da sociedade civil. Nesse sentido é que as políticas públicas são sempre um movimento de troca contínua entre o Estado e a sociedade, [ou, a sociedade política e a sociedade civil] e a participação substancial é o único meio de se garantir a qualidade de uma democracia, que não se restrinja ao voto. Como diz Boaventura Sousa Santos (1997) é preciso construir um novo significado de democracia que articule democracia representativa com a democracia participativa e ainda que se revejam as relações sociais e o sentido de “políticas”. (GENTIL, 2001, p.116).

A construção social desses significados implica ainda em sujeitos com força de negociação, conforme diz Suárez, sujeitos *capacitados para produzir de maneira autônoma categorias e conceitos mediante os quais pensar, nomear, julgar e atuar na sociedade e no mundo*. (1997, p.256). E é o processo de participação, na construção dessa cidadania almejada, que vai constituindo sujeitos, individuais e coletivos, com essas características.

[...] esta intervenção ativa na construção da sociedade por meio da tomada de decisões faz com que o sujeito interaja com outros sujeitos e essa interação entre os sujeitos promove o desenvolvimento pessoal de cada um dos envolvidos no processo participativo. (SANTOS, 2003, p.31).

Na tentativa de alinhar as ideias apresentadas

A democratização é processo, portanto não se esgota na possibilidade do exercício de direitos, garantida por lei, mais que isso, se firma na dinâmica constante que lhe é própria (BOBBIO). E nessa dinâmica, em se tratando da democratização da educação, um aspecto que precisa ser mais debatido e aprofundado, buscando a qualidade dessa “educação democrática” é a possibilidade de diálogo com o conhecimento do outro, do diverso.

Pensar a vida coletiva na perspectiva da possibilidade de transformação implica viver as mudanças; participar de processos de transformação faz com que se pense ou se compreenda o real sentido de *práxis*, trabalho que leva à mudança das condições de vida dos sujeitos que, por sua vez, também modificam a si mesmos e ao seu modo de pensar durante o processo.

Nesse sentido, os movimentos sociais têm avançado em sua compreensão e têm ampliado o foco de suas ações, têm superado uma dicotomia presente no campo educacional em diversos momentos da história: educar as pessoas para transformar o modo de vida ou modificar o modo de vida para transformar a maneira de pensar, agir e compreender o mundo das pessoas. Já se entendeu que a determinação dos fatores econômicos, a que se referia Marx, não significa uma via de mão única, mas sim, o imperativo de se levar em conta esses fatores. Os MsSs mais organizados da atualidade se deram conta disso e assumem a educação também como uma frente de batalha, concomitante às transformações no mundo do trabalho.

Os estados modernos são em sua maioria democráticos, mesmo que essa característica se fundamente na defesa dos direitos individuais “há espaço” para manifestações da sociedade civil, o que gera a possibilidade da construção de uma contra hegemonia. À medida que a sociedade civil, parte integrante deste Estado se

manifesta e se faz ouvir, participa da arena de lutas em que se definem as políticas públicas, ações que o governo de estado precisa realizar, inclusive em função de se manter, posto que são componentes dos “instrumentos democráticos de governar”.

A definição das políticas públicas implica em ações por parte das instituições, que historicamente são os pilares da sociedade. Entre elas, mas com características específicas e com possibilidade de ser distinta das demais instituições, porque crítica e produtora de conhecimentos, está a universidade. As políticas públicas podem direcionar ações das universidades que, por sua vez, responsabilizam-se, dentro de sua autonomia, pela forma como efetivá-las.

Mas para cumprir a tarefa de **democratização da educação** a universidade não pode se fechar em torno da ideia de simplesmente partilhar com outros grupos sociais, que não os tradicionalmente favorecidos, o conhecimento que já acumulou ou de que já dispõe. Sua tarefa precisa ir muito além disso. É preciso reconhecer os limites da ciência moderna enquanto verdade única e absoluta e, a partir daí, reconhecer e se dispor ao diálogo com saberes até então denominados de modo pejorativo de “senso comum” ou “conhecimento popular”.

Durante todo o processo histórico de estabelecimento e domínio da ciência ocidental, pela natureza dela própria, produziu-se uma zona de exclusão composta por complexos sistemas de saberes, os quais, por não pertencerem ao campo de explicação na qual ela foi assentada, foram considerados como inexistentes. (SEVERINO FILHO, 2009, p.78).

Edgar Morin critica o paradigma da ciência moderna afirmando que é um paradigma da simplificação, que supõe o encontro de verdades indubitáveis, que fragmenta a ciência em áreas e campos do saber, que separa sujeito e objeto, afastando sua responsabilidade do ato de conhecer. E nos apresenta o paradigma da complexidade, baseado na incerteza do conhecimento.

[...] temos de compreender que os progressos do conhecimento não podem ser identificados com a eliminação da ignorância. Estamos numa nuvem de desconhecimento e de incerteza, produzida pelo conhecimento; podemos dizer que a produção dessa nuvem é um dos elementos do progresso, desde que o reconheçamos. Em outras palavras, conhecer é negociar, trabalhar, discutir, debater-se com o desconhecido que se reconstitui incessantemente, porque toda solução produz nova questão. (MORIN, 2001, p.104)

Apenas sob uma ótica diferenciada daquela da ciência moderna os conhecimentos advindos de outras experiências podem ganhar espaço na universidade. É necessário que a universidade, em sua dupla função – manutenção e inovação – reconhecendo a educação como componente de cidadania, ao se relacionar com os MsSs, esteja disposta a considerar também outras possibilidades de conhecimento. Faz-se mister que se estabeleça um diálogo entre eles e a universidade, o que propiciará um caminho para ir além da democratização *do acesso* e promover democratização *da educação*.

Boaventura de Sousa Santos (2005) tem demonstrado que a crise epistemológica atual leva à necessidade de um debate interno no campo da ciência e de abertura a outras formas de conhecimento e saber.

Já sem espaço suficiente neste artigo para aprofundamento e ampliação dessa discussão, sugerimos autores como Boaventura de Sousa Santos, ao tratar da **ecologia de saberes**, ou Edgar Morin, ao descrever o **paradigma da complexidade**. Ambos fazem a crítica da ciência moderna e apontam seus limites enquanto verdade única, indicando a necessidade de uma “nova” epistemologia para o avanço do conhecimento.

Podemos terminar este artigo afirmando que a relação entre MsSs e universidade se estabelece em torno da possibilidade de **transformação** ainda que a princípio esta se dê pela inclusão no sistema vigente; transformação não apenas sócio-econômica mas também cultural e epistemológica. Afirmamos também que a **participação** é elemento fundamental dessa relação que representa uma chance profícua de **democracia** no sentido amplo, de efetivação de mudanças, de transformação a partir do presente, caminho que pode ser favorecido por meio da democratização da educação, o que inclui o reconhecimento da existência e a percepção da necessidade de **diálogo com outros saberes**.

Referências

AZEVEDO, Janete M. de L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1986.

BREZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1996.

CASTELLS, Manuel . **A Era da Informação - Economia, Sociedade e Cultura**, v. 2. O Poder da Identidade. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Sociedade, Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social**. Seminário: Universidade: Por que e como reformar? MEC/ SESu: 6 e 7 de agosto 2003. Disponível em: <mecsrv04.mec.gov.br/reforma/ Documentos/.../seminario_unixxi.pdf>. Acesso em ago.2005.

GENTIL, Heloisa Salles. Formação de professores - no balanço da rede entre políticas públicas e movimentos sociais. Dissertação de Mestrado. UFRGS / FACED. Porto Alegre, RS. 2001.

_____. Identidades de Professores e Rede de Significações – configurações que constituem o “nós, professores”. Tese de Doutorado. UFRGS /FACED. Porto Alegre, RS. 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o estado e a política**. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3.

HÖLFING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos do Cedes**. Vol. 21, n.º 55, Campinas, nov/2001. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br>. p.2. Acesso em 15 dez. 2001.

MELUCCI , Alberto. **A invenção do presente**. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. A experiência individual na sociedade planetária. **Lua Nova**, n. 38, 1996. Rio de Janeiro. p. 199-221.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SANTOS, Josivaldo Constantino dos. *Processos participativos na construção de conhecimento em sala de aula*. Cáceres, MT: UNEMAT Editora, 2003.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura, educação para a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo, Cortez, 2004.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: *Revista crítica de ciências sociais*. - Coimbra. Out., 2007. Disponível em PDF em <<http://www.boaventuradesousasantos.pt>>. Acesso em: 2 ago. 2009.

SEVERINO FILHO, João. **Marcadores de Tempo Indígenas: Educação Ambiental e Etnomatemática**. Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais. Universidade do Estado de Mato Grosso, 2009. Cáceres. 158 p.

SUÁREZ, Daniel. O princípio educativo da nova direita. Neoliberalismo, ética e escola pública. In: GENTILLI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e política educacional, elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILLI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão, crítica ao neoliberalismo em educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

Recebimento em: 15/02/2010.

Aceite em: 20/02/2010.